



RESPOSTAS AO PARLAMENTO EUROPEU
QUESTIONÁRIO DESTINADO AO COMISSÁRIO INDIGITADO
Johannes HAHN
Política Europeia de Vizinhança e Negociações de Alargamento

1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoal que considera particularmente relevantes para exercer as funções de Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Exerci as funções de Comissário nos últimos 5 anos e sempre demonstrei o meu empenhamento em defender o interesse europeu e a minha independência, tanto nas decisões que tomei como na influência política que exerci.

No quadro do meu atual cargo iniciei e supervisei uma reforma fundamental da política regional. Ajudei as regiões da Europa a resistirem à crise numa época em que o investimento público diminuiu drasticamente em quase toda a Europa. Sob a minha direção, a Comissão, com o Parlamento Europeu, demonstrou de forma concreta (procedendo a reprogramações ou reduzindo os níveis de cofinanciamento, por exemplo) que as instituições europeias podem atuar com flexibilidade e determinação em benefício dos cidadãos europeus. Trabalhando em parceria com o Parlamento Europeu e os Estados-Membros, transformámos esta política no principal instrumento de investimento de que a Europa dispõe para realizar os objetivos mais vastos da estratégia Europa 2020. Este processo foi inclusivo implicando a sociedade civil, as empresas, os parceiros sociais e os representantes políticos a todos os níveis. As reformas estruturais e a boa governação, condições essenciais para a realização dos objetivos europeus comuns, são os princípios orientadores do nosso trabalho.

Vejo uma clara ligação entre o meu cargo atual e as minhas futuras responsabilidades como Comissário europeu para a Política Europeia de Vizinhança e Negociações de Alargamento. Realizar o desenvolvimento económico e a integração através de projetos concretos e investimentos estratégicos constitui um dos elementos essenciais da experiência que introduzirei nas minhas novas funções. Durante o meu mandato, promovemos uma nova forma de cooperação regional nas nossas estratégias macrorregionais, associando já países dos Balcãs Ocidentais e alguns países da vizinhança oriental.

O que me motiva é a possibilidade de utilizar o poder de transformação da União Europeia e os seus diversos instrumentos para melhorar as condições de vida das pessoas e as suas perspetivas de futuro e prosperidade. A UE foi fundada para promover a paz através de uma maior integração. Se for confirmado no cargo, será essa a minha missão junto dos nossos parceiros situados para além das fronteiras da UE.

Durante toda a minha carreira profissional e política, foi sempre no quadro mais amplo da Europa e da União Europeia que se inseriu o meu trabalho. Empenhei-me na ideia de uma Europa unida

sem fronteiras, desde o início da minha atividade política.

A política regional exige trabalhar e empenharse em quase todos os domínios de intervenção da Comissão (desde a energia aos transportes, da política social à investigação, do ambiente à política macroeconómica). Esta experiência ser-me-á, sem dúvida, útil numa Comissão em que o trabalho de equipa e a capacidade para fomentar a reflexão conjunta a fim de realizar as prioridades europeias constitui um objetivo fundamental, e em especial na Política de Vizinhança e Negociações de Alargamento, em que a coordenação dos nossos instrumentos e políticas é essencial para obter um impacto máximo.

É evidente que exercerei as minhas funções e trabalharei como membro da Comissão Europeia com total independência, tal como nos últimos cinco anos, empenhado apenas no interesse comum europeu. Continuarei a evitar qualquer situação suscetível de pôr em causa a minha independência e a minha imparcialidade.

Tenho plena consciência das obrigações que o Tratado me impõe, e continuarei firmemente determinado em respeitar as mais elevadas normas éticas enunciadas no Tratado e no Código de Conduta dos Comissários. A minha declaração de interesses está finalizada e à disposição do público; será atualizada sempre que se verificarem alterações.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

De que modo avaliaria o seu papel enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços?

Que compromissos específicos está disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação com o Parlamento e de seguimento efetivo das suas posições e solicitações em matéria de iniciativas legislativas? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Tal como demonstrei nos últimos 5 anos, subscrevo plenamente a colegialidade como princípio essencial do funcionamento da Comissão, já que constitui a base para adotar decisões equilibradas e bem estudadas que têm em conta os diferentes aspetos do processo de tomada de decisões, bem como diferentes pontos de vista e abordagens. A colegialidade garante a coerência das nossas políticas e das nossas propostas.

No âmbito da competência geral da Comissão enquanto Colégio, considero-me politicamente responsável e prestarei contas por todas as atividades desenvolvidas pela minha DG. As boas relações entre a Direção-Geral, o meu gabinete e eu próprio terão como base a lealdade, o respeito e a confiança mútuos, a transparência e um intercâmbio ininterrupto de informações entre os serviços e o nível político. Esta é uma condição necessária para poder exercer as minhas funções.

Estou plenamente consciente das obrigações previstas nos Tratados para garantir a independência dos membros da Comissão Europeia. Apoio integralmente o nosso novo compromisso em relação à transparência definido nas orientações políticas apresentadas pelo Presidente eleito. Comprometo-me a divulgar todos os contactos e reuniões realizados com as organizações profissionais ou com independentes sobre qualquer questão relativa à elaboração e execução das políticas da UE.

Comprometo-me a aprofundar a nossa parceria com outras instituições, nomeadamente com o Parlamento Europeu. A minha perceção dos nossos 28 Estados-Membros através do exercício do meu atual cargo constituirá uma experiência valiosa não apenas em termos políticos, mas igualmente de comunicação aos cidadãos dos nossos objetivos europeus mais vastos.

Tal como demonstrei nas minhas relações com o Parlamento Europeu e os Senhores Deputados, comprometo-me a prosseguir o nosso diálogo político aberto e construtivo sobre quaisquer questões da minha competência.

No que diz respeito ao seguimento das posições e pedidos do Parlamento Europeu, aplicarei as disposições do acordo-quadro e, nas áreas sob a minha responsabilidade, assegurar-me-ei de que a Comissão dá continuidade às resoluções ou pedidos parlamentares efetuados com base no artigo 225.º do TFUE no prazo de três meses após a respetiva adoção. Neste contexto, apoio e subscrevo integralmente o compromisso assumido pelo Presidente eleito Jean-Claude Juncker no sentido de a futura Comissão estar particularmente atenta aos relatórios de iniciativa legislativa.

Estou à vossa disposição para um intercâmbio periódico de pontos de vista com a comissão responsável sobre iniciativas em curso e previstas, bem como para apresentar os relatórios anuais de progresso e os documentos de estratégia diretamente após a sua adoção pelo Colégio e antes da apresentação à imprensa. Informá-los-ei periodicamente por escrito das minhas visitas aos nossos países parceiros e estou pronto a realizar reuniões frequentes com a Comissão dos Assuntos Externos (AFET), o grupo de coordenadores e os relatores para debater a posição do Parlamento e partilhar informações. As vossas reuniões interparlamentares com os parlamentos dos países parceiros constituirão um elemento essencial para mim. Estas reuniões oferecem uma oportunidade única para consolidar as relações da UE com os parlamentos nacionais e eu próprio estarei presente sempre que a data e o local o permitirem.

Perguntas da Comissão dos Assuntos Externos:

3. Relações interinstitucionais

Tendo em vista garantir um controlo parlamentar apropriado, compromete-se a assegurar um melhor fluxo (tipo, frequência, conteúdo) das informações transmitidas por delegações da UE presentes em países em processo de adesão e em países vizinhos (incluindo comunicação de informações políticas)? Que medidas se propõe promover para garantir que sejam transmitidas, de forma pró-ativa e sistemática, informações concretas a esta comissão sobre todas as fases das negociações, assinatura e aplicação de acordos internacionais? De que forma tenciona assistir esta comissão no acompanhamento da aplicação destes acordos?

Reconheço plenamente que o nosso trabalho necessita de se basear em factos, avaliações e relatórios fornecidos pela Comissão Europeia e delegações da UE. Encetarei um diálogo permanente com o Parlamento Europeu para vos informar sobre a evolução da situação nos países vizinhos e nos países em processo de pré-adesão sobre as nossas relações com eles, incluindo a preparação e aplicação de acordos internacionais.

A minha equipa e eu próprio garantiremos que todas as cartas, perguntas escritas e outras comunicações de deputados do Parlamento Europeu terão uma resposta de forma exaustiva e atempada. Darei instruções aos meus serviços para continuarem a partilhar os relatórios das delegações da UE relacionados com o processo de adesão e trabalharei com a AR/VP sobre a melhor forma de garantir um fluxo de informações regular de acordo com a prática e os acordos estabelecidos. No que diz respeito aos acordos internacionais e às negociações de adesão, assegurarei que o Parlamento será informado e terá a oportunidade de manifestar os seus pontos de vista e apresentar recomendações em todas as fases, às quais atribuirei naturalmente a maior importância.

Comprometo-me a assegurar um controlo parlamentar adequado e a mantê-los informados sobre o meu trabalho de forma exaustiva e atempada.

Uma vez que a política de vizinhança constitui a pedra angular da política externa da UE, como encara a repartição de tarefas com a Alta Representante/Vice-Presidente da Comissão em matéria de política de vizinhança? Que medidas se propõe adotar tendo em vista garantir a coerência das políticas externas da UE e melhorar a formulação de políticas?

Tal como o Presidente eleito Jean-Claude Juncker declarou «a nova Alta Representante desempenhará o seu papel de Vice-Presidente da Comissão na íntegra. Nomeadamente orientará e coordenará o trabalho de todos os comissários no que se refere às relações externas através de um Grupo de Comissários no domínio da Ação Externa a fim de desenvolver uma abordagem comum.» Estou totalmente empenhado neste esforço comum e coordenarei de perto o meu trabalho com a AR/VP e os outros comissários a fim de garantir uma plena coerência da abordagem da política externa da UE. Darei especial atenção a aspetos relacionados com a aproximação com o acervo da UE.

Estou empenhado em trabalhar o mais estreitamente possível em parceria com a nova Alta Representante/Vice-Presidente, a fim de desenvolver formas pragmáticas de abordar em conjunto os muitos desafios que enfrentamos. Estou igualmente disposto a substituir a nova Alta Representante/Vice-Presidente em domínios da competência da Comissão.

Em conformidade com as disposições constantes das bases jurídicas do IEV e do IPA, poderá asseverar que a Comissão adotará atos delegados retificativos por ocasião da revisão intercalar tendo em vista confirmar ou alterar as prioridades definidas nos respetivos anexos? De que forma tenciona participar no Diálogo Estratégico com esta comissão?

Aguardo com expectativa a oportunidade de realizar um diálogo estratégico com o Parlamento Europeu sobre estas questões.

Estou totalmente empenhado em executar as obrigações definidas nos Regulamentos IEV e IPA II, nomeadamente as relativas ao poder de adotar atos delegados. Na sequência da publicação do

relatório sobre a revisão intercalar, e com base nas recomendações nele incluídas, proporei ao Colégio a adoção de um ato delegado que altere os anexos pertinentes dos Regulamentos IEV e IPA II.

Tomei igualmente devida nota dos compromissos assumidos pela Comissão Barroso II, como parte do compromisso global entre as instituições sobre os Regulamentos IEV e IPA. Realizarei um diálogo estratégico com o Parlamento Europeu na preparação da revisão intercalar sobre a implementação dos instrumentos e antes da apresentação de qualquer documento de programação novo ou substancialmente revisto de natureza estratégica durante o período de vigência do IEV e do IPA.

O nosso diálogo estratégico efetuado antes da preparação da revisão intercalar proporcionará uma importante oportunidade para fazer o balanço da evolução nos primeiros três anos e igualmente para ter em conta eventuais ajustamentos, se for caso disso, da lista de prioridades estabelecidas nos respetivos anexos II.

No que diz respeito ao meu empenhamento no diálogo estratégico, comprometo-me a uma relação construtiva com o Parlamento Europeu. Desejo manter e, se possível, reforçar o compromisso institucional em relação ao diálogo.

Em especial, gostaria de aproveitar a oportunidade para estabelecer uma ligação mais clara entre os nossos debates sobre assuntos políticos e os debates sobre a mobilização da nossa assistência financeira.

4. Quadro da Política de Vizinhança:

Considera que o atual quadro político, que abrange num único instrumento 16 países, de Marrocos até à Ucrânia, ainda assume relevância, atendendo às perspetivas divergentes em termos de estabilidade política, de segurança, de capacidade de reforma e de compromissos assumidos em termos de reformas? Que iniciativas concretas apresentará em matéria de reforma da política de vizinhança, e de que forma tenciona dar seguimento às resoluções do Parlamento Europeu nesta matéria?

Desde o lançamento há dez anos da Política Europeia de Vizinhança (PEV), verificaram-se alterações profundas na nossa vizinhança. Apesar de a PEV ter sido revista em 2011 em resposta à Primavera Árabe, a instabilidade em toda a vizinhança, mas em especial na Ucrânia, Síria e Líbia sublinha a necessidade de novas alterações. O Presidente eleito Jean-Claude Juncker pediu-me que fizesse o balanço da situação e que sugerisse vias para o futuro no primeiro ano do novo mandato, e eu considero esta tarefa como essencial e premente.

Sem prejuízo do resultado desta reflexão, considero que a PEV continua a prever um quadro amplo e abrangente para a nossa ação nos países vizinhos, com base nos interesses e valores europeus, garantindo a coerência de todos os instrumentos estratégicos da ação externa da UE e sublinhando a elevada importância que a UE atribui às relações com os parceiros mais próximos.

Se for confirmado no cargo, será minha prioridade assegurar que a PEV está mais adaptada para a finalidade pretendida e que contribui mais efetivamente para preservar a segurança e os valores da Europa. Para o efeito, é evidente que a PEV deve ser mais adaptada e direcionada para as situações específicas e as necessidades dos nossos vizinhos.

A PEV deve tornar-se mais flexível. Os países nossos vizinhos são demasiado diversificados para se aplicar uma abordagem igual para todos. A PEV deve poder reagir mais rapidamente e eficazmente a crises. Não deve funcionar apenas país a país, mas igualmente domínio a domínio, a fim de garantir que dispomos dos instrumentos adequados para dar resposta a todas as questões essenciais, nomeadamente nos domínios da energia, comércio livre, migração, e com um destaque especial para a boa governação. A União deve cumprir as suas promessas em relação aos parceiros que aderem aos valores europeus, mas também deve ter uma estratégia clara sobre a forma de manter a nossa influência junto de parceiros que não partilham ou não partilham atualmente, esses valores. Por último, a PEV deve permitir uma apropriação conjunta mais forte das relações bilaterais com cada país parceiro. Gostaria que suscitasse uma maior adesão local, com um papel reforçado tanto das empresas como da sociedade civil.

Trabalharei em estreita concertação com a AR/VP para definir as alterações necessárias para adaptar a PEV ao mundo de hoje. Associarei estreitamente o Parlamento Europeu a este processo

e espero que realizemos um diálogo intenso que permita explorar totalmente as competências do Parlamento Europeu, tal como refletidas nas suas resoluções sobre a questão. O objetivo geral continua mais claro que nunca: estabelecer uma associação política e uma integração económica tão estreitas quanto possível no interesse comum da UE e dos seus parceiros.

Em que medida tenciona introduzir um certo grau de diferenciação (no plano político, financeiro, etc.) em função das necessidades, méritos e prioridades da UE? Que grupos de países tem em mente para efeitos de diferenciação, quer na vizinhança meridional, quer na vizinhança oriental? De que forma tenciona assegurar a aplicação da condicionalidade em termos de direitos humanos no contexto da Política de Vizinhança?

A diferenciação é uma componente essencial da PEV e devíamos ir mais longe para ter em conta a situação de cada país. A Geórgia, a Moldávia e a Ucrânia, no Leste, bem como Marrocos e a Tunísia, no Sul, estão dispostos a avançar com reformas e a estabelecer relações mais estreitas com a UE. Garantirei que beneficiarão de todo o apoio necessário, adaptado em função das suas necessidades, para prosseguirem os seus processos de reforma política e económica. O êxito da transição democrática na Tunísia demonstra perfeitamente as vantagens das escolhas efetuadas pelo país e constitui um exemplo importante para outros países da região. A cooperação com outros países pode em alguns casos ter de ser menos ambiciosa, e temos de refletir caso a caso sobre a forma de prosseguir as nossas relações.

A Leste, a prioridade deve ser contribuir para resolver a crise na Ucrânia. No Sul, a UE deve apoiar uma resolução política da crise na Síria, prestando igualmente uma atenção especial à evolução da situação na Líbia.

A democracia, o Estado de direito e respeito dos direitos humanos são componentes essenciais de todas as parcerias e acordos de cooperação que a UE concluiu com países terceiros. As condições associadas ao respeito dos direitos humanos devem ser utilizadas de forma inteligente para reforçar a nossa influência no processo de reforma. Têm igualmente um impacto sobre outros domínios como o comércio, o diálogo político e as migrações. Tenciono reforçar estes instrumentos, aplicar de uma forma mais ampla o princípio «dar mais para receber mais», desenvolver uma estratégia de longo prazo de promoção dos valores europeus e, em especial, orientar o apoio para a sociedade civil nos países nossos parceiros.

Dado que a adoção de princípios democráticos firmes e a instauração de uma sociedade civil sólida continuam a constituir objetivos aplicáveis a todos os países da vizinhança, que instrumentos políticos, incentivos e recompensas tem em mente em relação a países cujos processos de reforma se revelem particularmente eficazes?

As organizações da sociedade civil desempenham um papel crucial de dinamização do debate público, de participação na elaboração das políticas e de conceção de novas iniciativas. Considero-as como motores de promoção da democracia e dos direitos do homem, bem como do Estado de direito, da boa governação e do desenvolvimento socioeconómico sustentável.

Trabalharei em estreita colaboração com o Parlamento para explorar formas de reforçar ainda mais o efeito de alavancagem positivo sobre a democracia e o apoio às organizações da sociedade civil. No quadro do reexame previsto, devemos reflectir sobre a forma como a UE pode otimizar a sua influência indo mais longe do que propõem os instrumentos atuais da PEV para recompensar os bons progressos realizados.

5. Quadro da Política de Alargamento

Que medidas tenciona adotar tendo em vista manter a dinâmica de alargamento e manter os países em causa centrados nos preparativos de adesão?

A perspetiva da adesão à UE constitui uma alavanca essencial para a consolidação e a promoção das reformas e que devemos utilizar com sensatez. Simultaneamente, estou determinado a garantir que só irão aderir à UE os países verdadeiramente preparados. A qualidade prevalece sobre a velocidade. Além disso, como os nossos concidadãos precisam de digerir a adesão de 13 Estados-Membros nos passados dez anos, não haverá um novo alargamento nos próximos cinco anos.

Continuarei a trabalhar na preparação dos países em causa no quadro do processo de alargamento, mais especialmente das negociações de adesão, e do processo de estabilização e de associação. Os nossos parceiros devem compreender que estes preparativos levam tempo, mas que mantemos os nossos compromissos para com eles. São necessárias reformas profundas e que só podem ser realizadas progressivamente, com todo o nosso apoio.

O processo de negociação constitui um quadro sólido acompanhado de orientações claras. Irei assegurar-me de que cada país compreende claramente o que se espera dele para avançar, concentrando eficazmente os seus esforços nas etapas seguintes mais importantes. Especialmente nos capítulos essenciais relativos ao Estado de direito tenciono intensificar a cooperação e o diálogo político de alto nível com os diferentes países e explorar todas as possibilidades que o IPA II proporciona para incentivar as reformas. Irei esforçar-me em tornar a nossa abordagem mais coerente, para garantir que honramos a nossa parte do contrato. Devemos ser considerados parceiros credíveis, justos e solidários.

O papel dos deputados do Parlamento Europeu é muito importante. As comissões parlamentares mistas podem ajudar a manter a dinâmica das reformas através da colaboração com os seus homólogos dos parlamentos nacionais dos países do alargamento.

Que outras medidas tenciona promover para aprofundar a transformação socioeconómica, incluindo a governação económica, a democracia, o Estado de Direito, incluindo a independência do poder judicial, e a luta contra a corrupção nos países em processo de adesão?

Estes aspetos são essenciais para preparar os diferentes países para respeitar os critérios de Copenhaga e, a prazo, para funcionar como Estados-Membros a parte inteira.

No que diz respeito ao Estado de direito, o país deve absolutamente dispor de um aparelho judicial independente e profissional, que seja operacional. Deve igualmente lutar contra a criminalidade organizada e a corrupção e apresentar resultados concretos em matéria de investigações, processos penais e condenações, bem como sentenças adequadas. Os direitos fundamentais devem ser integralmente respeitados na prática e não apenas na legislação. É particularmente importante garantir a integração de grupos minoritários e evitar as discriminações independentemente do motivo. Estas questões serão a nossa prioridade nas nossas relações com cada um dos países em causa e nos relatórios anuais de progresso.

Gostaria igualmente de melhorar a forma como apoiamos os países no cumprimento dos critérios económicos. Devemos ter em conta as profundas alterações ocorridas na governação económica da UE e utilizá-las como alavancas suplementares para fazer progredir as reformas nos países do alargamento. Temos de dar prioridade ao emprego, ao crescimento e ao investimento através de um maior destaque das reformas estruturais essenciais. Atribuiremos mais financiamento do IPA para este efeito e trabalharemos com as instituições financeiras internacionais para multiplicar a nossa influência no processo de reformas.

Em termos de transformação democrática, os parlamentos nacionais devem estar no centro do processo de reforma em cada um dos países do alargamento para garantir a abertura e o controlo democrático. Cooperaremos ainda mais estreitamente com os intervenientes da sociedade civil local a fim de consolidar as reformas em toda a sociedade.

Tenciono colocar estes elementos fundamentais no cerne do nosso diálogo político e torná-los um dos principais objetivos da nossa assistência. A cooperação regional será um ponto central do meu trabalho a fim de ultrapassar a herança do passado.

Se um país em processo de adesão vier a tomar medidas ou a adotar políticas não consentâneas com o acervo, os valores e os princípios da UE, que medidas concretas se propõe tomar?

Utilizarei todo o arsenal de instrumentos disponíveis, em especial no quadro das negociações de adesão, para incentivar os países em causa a continuarem na boa direção. O sistema de critérios de referência aplicável aos 35 capítulos de negociação fornece-nos alavancas para incentivar a prossecução do alinhamento. Os quadros de negociação mais recentes introduziram a possibilidade de interromper as negociações relativas a outros capítulos, se os progressos nos capítulos relativos ao Estado de direito abrandarem. Todos os quadros de negociação contêm uma cláusula que permite suspender o conjunto das negociações em caso de violação grave e

persistente dos valores da UE. Em relação aos países com os quais as negociações ainda não começaram, o processo de estabilização e de associação prevê também um mecanismo aplicável em caso de incumprimento das obrigações decorrentes dos acordos de estabilização e de associação.

Continuarei a utilizar os relatórios de progresso da Comissão para assinalar as deficiências e extrair as conclusões necessárias, incluindo alterações, se for caso disso, à avaliação do respeito dos critérios políticos. O financiamento do IPA devia ser mais utilizado para recompensar os que realizam mais progressos.

É igualmente importante um diálogo preventivo e não hesitarei, no quadro dos meus próprios contactos políticos, a transmitir mensagens as fortes, quando necessário, para garantir o respeito dos princípios e valores da UE.

Que medidas concretas apresentará tendo em vista garantir que a política de alargamento seja coordenada e coerente com outros instrumentos da política externa da UE?

Cooperarei estreitamente com a AR/VP e continuaremos a trabalhar em concertação com os principais membros do Colégio para garantir que todas as prioridades da política interna da UE em questões como o Estado de direito, o emprego, o crescimento e a energia, continuam a ser plenamente tomadas em consideração na nossa política europeia de vizinhança e na nossa política de alargamento.

No seu entender, em que medida poderá ser estabelecida uma interação entre a política de alargamento e a política de vizinhança (princípios, quadros políticos, incentivos financeiros, etc.)? De que forma estas políticas poderão contribuir para a definição de um eventual estatuto intermédio entre país em processo de adesão e país vizinho?

É claramente no interesse estratégico da União Europeia estabelecer relações com todas as regiões situadas na sua proximidade imediata. Muitos dos desafios estruturais com que se confrontam os países em fase de pré-adesão e outros países vizinhos são semelhantes, como a necessidade de melhorar a governação e realizar reformas económicas e outras reformas.

Do mesmo modo, existem analogias entre o que a UE pode propor aos parceiros destes dois grupos. Por exemplo, muitas das obrigações no quadro dos Acordos de comércio livre aprofundados e abrangentes (ACLAA) e dos Acordos de Associação (AA), recentemente concluídos com a Ucrânia, a Moldávia e a Geórgia, inspiram-se diretamente nas obrigações previstas nos acordos de estabilização e de associação e em alguns casos no acervo.

A criação anunciada de uma Direção Geral da Política Europeia de Vizinhança e Negociações de Alargamento proporcionará novas possibilidades e criará sinergias para uma abordagem mais estratégica e mais coordenada relativamente aos países do alargamento e aos países vizinhos, beneficiando simultaneamente de uma concentração interna de estruturas e de competências políticas e setoriais. Aplicaremos os ensinamentos retirados da utilização dos nossos instrumentos financeiros e continuaremos a fornecer assistência técnica através do TAIEX aos países do alargamento e aos países vizinhos. A reflexão sobre a PEV, que foi anunciada, será a ocasião para determinar se devem ser previstas novas opções.

Tanto no quadro da política de alargamento como um no quadro da PEV, procurarei dar uma maior visibilidade à UE enquanto ator fundamental na sua própria vizinhança, dando aos nossos cidadãos e aos nossos parceiros uma ideia mais clara da contribuição que realizamos para a prosperidade e a estabilidade, no interesse de todos.